



1688507

08008.000216/2014-11



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 53/2014 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL  
DE LOGÍSTICA, COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E  
ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA REAL JG SERVIÇOS GERAIS LTDA**

**PROCESSO N.º 08008.000216/2014-11**

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, com sede à Esplanada dos Ministérios, CEP 70064-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n.º **00.394.494/0013-70**, neste ato representado pela Coordenadora-Geral de Logística, **Sra. DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO**, brasileira, solteira, portadora da CI n.º 355879980 – SSP/SP e do CPF n.º 712.315.791-53, com delegação de competência fixada pela Portaria n.º 69 de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014 e Portaria n.º 1.087, de 6 de novembro de 2015, publicada no DOU, em 09/11/2015, e por intermédio do Coordenadora-Geral de Modernização e Administração, **Sra. RUANNA LARISSA NUNES LEMOS**, brasileira, casada, portadora da RG n.º 7.099.213 – SDS/PE e do CPF n.º 051.003.464-00, com nomeação através da Portaria n.º 965 de 23-09-2015, publicada no D.O.U de 24-09-2015 e com delegação de competência fixada pela Portaria n.º 70 de 04 de junho de 2.014, publicada no DOU de 05 de junho de 2.014, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **REAL JG SERVIÇOS GERAIS LTDA**, estabelecida no SIBS, Quadra 01, Conjunto “D”, Lotes 1/6, Térreo, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF – CEP 71.710-350, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.247.960/0001-62, neste ato representada pelo **Sr. JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO**, portador da CI n.º 016625 CRA/DF, CPF n.º 718.246.931-68, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 29/2014, com fundamento no §1º, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por objeto a supressão de 24,66% do valor total do contrato, em decorrência da supressão de 19 (dezenove) postos de trabalho de garçom, 06 (seis) postos de trabalho de copeira e de 01 (um) posto de trabalho de encarregado, bem como a alteração da tabela “GRUPO 1”, constante na Cláusula Primeira “DO OBJETO”, e da tabela do item 5.1, na Cláusula Quinta, conforme especificação da Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO**

A tabela “Grupo 01” passa ter a seguinte redação:

Item	Descrição	Quantidade
1	Posto de Copeira	40
2	Posto de Garçom	40
3	Posto de Encarregado Geral	1
4	Posto de Auxiliar de encarregado	1
5	Posto de Operador de Carga e Descarga	2
TOTAL GERAL DE POSTOS		84

A tabela do item 5.1 passa a ter a seguinte redação:

Ministério da Justiça – Núcleo Central	
Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Brasília - DF	
Local de Execução dos Serviços	Quantidade

Térreo Anexo II	1 copeira
2º andar Anexo II	2 garçons e 2 copeiras
3º andar Anexo II	2 garçons e 2 copeiras
4º andar Anexo II	2 garçons e 2 copeiras
5º andar Anexo II	2 garçons e 2 copeiras
6º andar Anexo II	2 garçons e 2 copeiras
1º andar Anexo I	1 garçom e 1 copeira
Térreo Anexo I	0 garçom e 1 copeira
Garagem Sede	1 copeira
Patrimônio Sede	1 copeira
Térreo Sede	1 garçom e 1 copeira
2º andar Sede	2 garçons e 1 copeira
3º andar Sede	6 garçons e 4 copeiras
4º andar Sede	8 garçons e 5 copeiras
5º andar Sede	4 garçons e 4 copeiras
DEPEN	4 garçons e 4 copeiras
Arquivo Central	2 copeiras
Setor Policial Sul	2 garçons e 2 copeiras
Shopping ID	2 garçons e 2 copeiras

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor atual anual estimado do contrato é de R\$ 5.117.621,91 (cinco milhões, cento e dezessete mil seiscentos e vinte e um reais e noventa e um centavos) e passará para o valor de R\$ 3.855.550,56 (três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos).

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento específico da:

Coordenação-Geral de Logística

**Programa de Trabalho:089907**

**Natureza da Despesa:339039**

**Empenho da Despesa:2015NE801169**

### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

**CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

O Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça, garantida a eficácia das Cláusulas.

Em conformidade com o disposto § 2º do art. 10 da MPV 2.200/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

**CLÁUSULA OITAVA – VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

É vedado a contratação de familiar de agente público que preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função comissionada, em atendimento ao Decreto 7.203/2010.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os aspectos referentes ao Contrato cujas especificações repliquem o contido no Projeto Básico são de inteira e total responsabilidade da área demandante, a qual compete a fiscalização da execução deste instrumento, devendo necessariamente comunicar à Unidade Técnica Administrativa do Contrato sobre o descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades, bem como dificuldades encontradas para a fiscalização ou a execução do contrato.

A Coordenação-Geral de Logística é a Unidade Administrativa competente à instrução documental da presente contratação, doravante denominada Unidade Técnica Administrativa do Contrato.

A Coordenação-Geral de Logística não responderá pelo descumprimento deste instrumento pelas partes contratantes, decorrentes de falhas na execução e/ou fiscalização por parte da área demandante e/ou de seus representantes ou da CONTRATADA.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO

Representante da Contratada

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

Coordenadora-Geral de Logística

RUANNA LARISSA NUNES LEMOS

Coordenadora-Geral de Modernização e Administração



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES FERREIRA FILHO, Usuário Externo**, em 26/01/2016, às 16:20, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.

Documento assinado eletronicamente por **RUANNA LARISSA NUNES LEMOS, Coordenador(a)-Geral de Modernização e Administração**, em



27/01/2016, às 18:27, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO**, Coordenador(a)-Geral de Logística, em 01/02/2016, às 17:23, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **1688507** e o código CRC **924DCC94**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.